

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 0004-12, DE 16 DE JANEIRO DE 2012.

*Autoriza a Contratação Temporária
de Excepcional Interesse Público de
Veterinário.*

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a contratar, por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. da Lei Municipal nº 1.751, de 8 de agosto de 1990, o cargo a seguir descrito:

Padrão: 11	Quantidade	Vencimento Mensal	Carga Horária
Veterinário	01	R\$ 1. 832,40	40 Hs semanais

Art. 2º O prazo de vigência do contrato não poderá ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias, devido à excepcionalidade da contratação, por tempo determinado.

Art. 3º Durante a contratação, ficam assegurados todos os direitos elencados na Lei Municipal nº 1.751, de 8 de agosto de 1990.

Art. 4º A cópia do instrumento celebrado será enviada ao Poder Legislativo dentro de 30 (trinta) dias a contar da data de sua realização.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 16 DE JANEIRO DE 2012.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 0004-12, DE 16 DE JANEIRO DE 2012.

JUSTIFICATIVA

Estamos encaminhando a Vs. Sas. este projeto de lei, a fim de buscar autorização para a contratação temporária por motivo de excepcional interesse público, de profissional da área de medicina veterinária, com a finalidade de efetivar a fiscalização sanitária e a inspeção municipal em estabelecimentos destinados ao abate de animais e derivados no Município de Itaqui, através do SIM - Sistema de Inspeção Municipal.

O contrato visa a regularização da situação fortuita, causada pela insuficiência de profissionais no quadro de cargos do município, necessários à realização da inspeção municipal e fiscalização de abates nos estabelecimentos locais.

Devido à grande demanda interna no consumo de carnes e derivados, sendo grande parte dos abates encaminhados para outros municípios, a falta na prestação dos serviços prejudicará diretamente a comunidade local.

O art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, prevê a possibilidade de contratação, pela Administração, por tempo determinado para atender excepcional interesse público.

Assim, inexistindo a contratação temporária, um grande número de pessoas da comunidade será atingido pela inexistência do serviço, e o abatedouro existente ficará sem condições de ser fiscalizado e de funcionar regularmente, cessando os abates e prejudicando o comércio varejista local.

Estas as razões que justificam o presente anteprojeto.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 16 DE JANEIRO DE 2012.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO